

# CIBERESPAÇO E A CULTURA CONTEMPORÂNEA: CAMINHOS E SUGESTÕES PARA A HISTÓRIA PÚBLICA

*CYBERSPACE AND CONTEMPORARY CULTURE: PATHS AND SUGGESTIONS FOR PUBLIC  
HISTORY*

**Jaqueline Pelozato**

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: pelozatojaqueline@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v3i1.90>

Recebido em: 07.01.2022

Aceito em: 31.01.2022

**Resumo:** Em uma pesquisa realizada para a escrita de nossa dissertação de mestrado, apostamos na ideia de que é possível promover a ampliação da concepção de cidadania nas redes sociais, mediante a produção de pautas que amplificassem as vozes dos movimentos sociais, num momento em que novas narrativas estão se constituindo nas redes sociais, tendo os jovens como os protagonistas que estão ressignificando esse espaço, reelaborando sua subjetividade por meio dessas novas formas de sociabilidade e interação. O artigo ora apresentado é parte deste esforço maior, mas, aqui, nosso objetivo é apresentar o conceito de ciberespaço como um elemento da cultura contemporânea, revelador de novas relações sociais para em seguida propor a visualização de novas narrativas históricas. É, por meio de uma potencial associação entre ensino de História e as novas tecnologias digitais ligadas à cibercultura que salientamos para a importância História Pública.

**Palavras-chave:** Ciberespaço. Cidadania. Ensino de História. Juventudes. História Pública

**Abstract:** In a research carried out for the writing of our master's thesis, we bet on the idea that it is possible to promote the expansion of the concept of citizenship in social networks, through the production of guidelines that amplify the voices of social movements, when new narratives are being constituted in social networks, with young people as the protagonists who are resignifying this space, re-elaborating their subjectivity through these new forms of sociability and interaction. The article presented here is part of this larger effort, but, here, our objective is to present the concept of cyberspace as an element of contemporary culture, revealing new social relations and then proposing the visualization of new historical narratives. It is, through a potential association between the teaching of History and the new digital technologies linked to cyberculture that we emphasize the importance of Public History.

**Keywords:** Cyberspace. Citizenship. Teaching of History. Youths. Public History.



Vivemos, atualmente, um período bastante conturbado de nossa História, marcado pela escalada do conservadorismo e de seus desdobramentos, notadamente o sexismo, a lgbtfobia, e o racismo, que instrumentalizados por certos discursos políticos, produzem o pânico moral (MISKOLSCI, 2017) que passamos a testemunhar com recorrência nos últimos anos. Por isso, muitas das reflexões elaboradas no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade, são, mais do que nunca, necessárias.

Além das questões que dizem respeito às perspectivas moralizantes, existem ainda outras que têm a ver com as questões sanitárias gravíssimas vividas durante a pandemia de covid-19 a condução desastrosa do Estado brasileiro pelo atual presidente. Além da grave crise sanitária interna, somos também reféns de uma crise política. Essa situação caótica também ocorre na educação, área em que conseguimos ver nitidamente o desmonte do ensino público, como dão exemplo os frequentes ataques às universidades e a perseguição social dos/as profissionais ligados/as a esse setor.

Foi em meio a estes tempos conflituosos que este artigo foi tecido, subsidiado por informações oriundas de nossa dissertação de mestrado, defendida outubro de 2021. Tal pesquisa se direcionou para as questões de gênero e sexualidade, notadamente em relação com a prática pedagógica exercida pelos/as docentes que ministram aulas de História. Nesse sentido compreender se é possível a utilização de uma rede social<sup>1</sup> para o Ensino de História.

Num primeiro momento compreender o ciberespaço como um elemento da cultura contemporânea. Pretendemos fazer também, um elo entre História Pública e tecnologia, percebendo uma abertura da história, outras formas de pensar e construir as narrativas históricas para além da academia. No momento seguinte compreender qual a relação entre cidadania e Ensino de História na perspectiva de gênero. E por último, a importância de compreendermos as redes sociais como ferramentas de ressignificação de subjetividades, novas formas de se relacionar e de estar no mundo de adolescentes e jovens.

Entendemos então que o ciberespaço congrega signos da cultura, que ele transforma o cotidiano a partir da linguagem e que os estudantes do ensino básico estão, em sua maioria, inseridos no que vem sendo chamado de cibercultura. Para André Lemos (2002, p.21), a cibercultura, por meio das tecnologias digitais, produz a cultura contemporânea e cria, dessa forma, uma nova relação social. Nesse sentido, a História Pública abre caminhos para que professores e estudantes construam subjetividades na condição de produtores de conhecimento; não estamos falando em transmissão de conteúdo, mas da construção conjunta em sala de aula e até nas redes sociais, de conhecimento.

Thiago Acácio Raposo (2019, 364) vê a cibercultura, em que estamos inseridos irremediavelmente, como uma ferramenta que nos ajuda a compreender o presente das sociedades

1 O trabalho remoto, em 2020, devido a COVID 19, não possibilitou um contato direto com os/as estudantes, e nesse sentido houve uma adaptação da metodologia. O contato com os e as estudantes, que seria em sala de aula, acabou sendo principalmente via whatsapp, o que dificultou em alguma medida a participação deles na construção do Instagram e a avaliação de seu envolvimento. Porém, foi possível concluir que os que participaram (curtiram, comentaram, nas lives, nas construções das perguntas) colaboraram para a construção da narrativa, e apresentaram aprendizados, o que nos levou a refletir sobre as potencialidades da rede Instagram para o Ensino de História.

Neste período pandêmico muitos estudantes acessaram as redes sociais, principalmente pela facilidade de não precisar fazer downloads, e mesmo que a Internet estivesse ruim, em algum momento acessavam o Instagram, o Facebook ou o whatsapp. Até o momento da entrega desse artigo a dissertação intitulada "CIDADANIA E GÊNERO NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM EM REDES SOCIAIS" não estava pública no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina.

contemporâneas. Em nossa pesquisa de mestrado, portanto, apostamos na ideia de que é possível promover a ampliação e alargamento da concepção de cidadania nas redes sociais mediante a produção de pautas que amplificassem as vozes dos movimentos sociais, num momento em que novas narrativas estão se constituindo nas redes sociais, tendo os jovens como os protagonistas que estão ressignificando esse espaço, reelaborando sua subjetividade por meio dessas novas formas de sociabilidade e interação.

Apesar da formação em História geralmente negligenciar essas linguagens trazidas pela cibercultura, ela não é tão recente assim, tendo nascido nos anos 50 com a informática e a cibernética e se tornado popular a partir da década de 70 e mais completamente a partir dos anos 80 e 90 com os microcomputadores pessoais, e ainda mais fortemente a partir dos anos 1990 com o boom da Internet. (LEMOS, 2002, p.18). Acrescentamos ainda o surgimento e a generalização do uso de *smartfones* e da Internet rápida via celulares na última década, o que possibilitou o acesso à cibercultura de parcelas da população que ainda não tinham esse acesso em décadas anteriores, o que inclui muitos e muitas estudantes das escolas públicas.

A Internet no Brasil hoje é uma realidade e a escola precisa refletir isso. O Marco civil da Internet no Brasil é a lei número 12.965 de 2014 que:

Passa a regulamentar a sua utilização ao fornecer princípios, garantias, direitos e deveres que garantem a privacidade e neutralidade de seus usuários físicos ou jurídicos que navegam numa simples pesquisa como receitas de bolo até assistir um vídeo, criar sites, blogs, canais, aplicativos, etc. Além de determinar diretrizes para a atuação do Estado. Medidas que ratificam a presença e utilização de uma ferramenta que, indiscutivelmente, torna-se uma das maiores fontes de informações no mundo atual ao fazer com que seus usuários fiquem conectados as notícias em todos os cantos do mundo, em tempo real. (ANDRADE, 2019, p. 184)

Essa regulamentação se faz sentir na escola e em 2018 a inclusão das tecnologias digitais como a quinta competência para o Ensino Médio:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018, p. 9)

Como uma das competências gerais do Ensino Médio, encontramos nos dados do IBGE<sup>2</sup> essa inserção da Internet e também dos aparelhos móveis na escola e na sociedade:

No ano de 2018, em 99,2% dos domicílios que havia acesso à Internet, o telefone móvel celular era utilizado para este fim. O uso do telefone celular já está próximo da totalidade dos domicílios como o meio principal de acesso à Internet. O percentual de utilização do microcomputador nos domicílios em que havia acesso à Internet vem em seguida, com 48,1%. O acesso através da televisão subiu de 16,1%, em 2017, para 23,3%, em 2018. Esse movimento de crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões do país. E o tablet, como meio de acessar a Internet, era utilizado em 13,4% dos domicílios que tinham acesso à rede. (EDUCA IBGE, 2018) <sup>3</sup>

E, principalmente, o aumento da utilização de celulares entre as crianças em idade escolar,

2 EDUCA IBGE, 2018

3 Devido à pandemia da COVID-19, o Censo Demográfico, que seria realizado no ano de 2020, foi adiado para 2021.

por exemplo:

Entre os brasileiros com 10 anos ou mais de idade, a utilização da Internet subiu de 69,8%, em 2017, para 74,7%, em 2018, segundo dados coletados no período de referência da pesquisa. Assim como nos dois anos anteriores, os menores percentuais de pessoas que utilizaram a Internet foram observados na Região Nordeste (64%) e na Região Norte (64,7%). (EDUCA IBGE, 2018)

Nesse sentido fica mais evidente a inserção dos adolescentes em idade escolar no que compreendemos que é o ciberespaço, um conjunto de interações, subjetividades, relações sociais onde não há mais limites entre o autor e a obra pois esta é construída em várias mãos. Para Levy (2002) a cibercultura é uma extensão da cultura alfabética e não uma negação da oralidade e da escrita e:

[...] O ciberespaço representa o mais recente desenvolvimento da evolução da linguagem. Os signos da cultura, textos, música, imagens, mundos virtuais, simulações, softwares, moedas, atingem o último estágio da digitalização. Eles tomam-se ubiqüitários na rede - no momento em que eles estão em algum lugar, eles estão em toda parte - e interconectam-se em um único tecido multicor, factual, volátil, inflacionista, que é, de toda forma, o metatexto englobante da cultura humana. Os signos são adquiridos, por intermédio do software, dessa escrita tomada viva; uma potência da ação autônoma de um ambiente numérico que lhe é próprio. O ciberespaço toma-se o sistema ecológico do mundo das ideias, uma noosfera abundante, em transformação acelerada, que começa a tomar o controle do conjunto da biosfera e a dirigir sua evolução a seus próprios fins. A vida em sua completude eleva-se em direção ao virtual, ao infinito, pela porta da linguagem humana. (LEVY, in: LEMOS 2002, p.14).

Entendemos então que o ciberespaço congrega signos da cultura, transforma o cotidiano, a partir da linguagem humana, ou seja, estudantes do ensino básico estão inseridos nessa cibercultura. Assim a cibercultura “[...], é a forma contemporânea da técnica que joga com os signos desta tecno-natureza construída pela astúcia da tecnocracia. É, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade.” (LEMOS, 2002, p.21). Para Lemos (2002, p.17-18), trata-se de uma associação entre a cultura contemporânea e as tecnologias digitais, que estabelece uma nova relação entre a técnica e a vida social.

Pierre Levy (1999, p.15-16) nos oferece também interessantes definições dos conceitos de cibercultura e de ciberespaço:

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. [...]. Ao ler esta primeira parte, o leitor terá em mente que essas técnicas criam novas condições e possibilitam ocasiões inesperadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, mas que elas não determinam automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano. [...].

Levy nos ensina que o termo “cibercultura” é uma parte do ciberespaço e que nossas reflexões se localizam nesse neologismo, ou seja, na complexidade da tecnologia e dos processos

de subjetivação no ciberespaço. Precisamos, portanto, compreender o papel atual das redes sociais na educação, pois sua utilização como ferramenta é uma estratégia possível para estudantes do ensino básico, cujo cotidiano já é totalmente atravessado por tecnologias digitais, que acessam e interagem no ciberespaço. O Ensino de História contribui para a reflexão do que é esse espaço, de como pode ser danosa uma informação falsa, por exemplo.

Para Raquel Recuero (2005, p.25-26) o ciberespaço é formado por “[...] espaços de interação, lugares de fala, construídos pelos atores de forma a expressar elementos de sua personalidade ou individualidade. [...]”. Assim também compreendemos que:

[...]. Esta revolução digital implica, progressivamente, a passagem do mass media (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. Aqui a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore (um-todos) e sim à multiplicidade do rizoma (todostodos). As novas tecnologias de informação devem ser consideradas em função da comunicação bidirecional entre grupos e indivíduos, escapando da difusão centralizada da informação massiva. [...]. (LEMOS, 2002, p. 73)

O rizoma, como é explicitado pelo autor acima, é a relação mais próxima de compreensão das redes sociais construídas na cibercultura, ou seja, todos interagem com a obra e esta se torna de todos. Para Lemos (2002) as comunidades virtuais abalam as formas sociais modernas, por exemplo, o gênero. Nesse sentido o que podemos compreender dessa reflexão é que as redes sociais constituem a forma do rizoma, numa estrutura de livre circulação de mensagens, nas próprias palavras do autor:

O modelo informatizado, cujo exemplo é o ciberespaço, é aquele onde a forma do rizoma (redes digitais) se constitui numa estrutura comunicativa de livre circulação de mensagens, agora não mais editada por um centro, mas disseminada de forma transversal e vertical, aleatória e associativa. A nova racionalidade dos sistemas informatizados age sobre um homem que não mais recebe informações homogêneas de um centro —editor-coletor-distribuidor, mas de forma caótica, multidirecional, entrópica, coletiva e, ao mesmo tempo, personalizada. (LEMOS, 2002, p. 85)

Se seguirmos as afirmações dos autores acima discutidos, vamos perceber que estamos imersos em uma cibercultura onde encontramos novas formas de nos relacionarmos. Lemos (2002, p. 86) lembra ainda que a cibercultura parece um instrumento para novas formas de relações sociais.

Para Santaella a tecnologia atua na sociedade, instaurando o que ela chama de “reajustamentos” e “refuncionalizações”. Segundo a autora:

É certo que alguns elementos sempre desaparecem, por exemplo, um tipo de suporte que é substituído por outro, como no caso do papiro, ou um aparelho que é substituído por outro mais eficiente, o caso do telégrafo. É certo também que, em cada período histórico, a cultura fica sob o domínio da técnica ou da tecnologia de comunicação mais recente. Contudo, esse domínio não é suficiente para asfixiar os princípios semióticos que definem as formações culturais preexistentes. Afinal, a cultura comporta-se sempre como um organismo vivo e, sobretudo, inteligente, com poderes de adaptação imprevisíveis e surpreendentes. (SANTAELLA, 2003, p. 25-26)

Nesse sentido, entendemos que são pessoas que manejam os celulares, computadores,

criam conteúdos, e que tem um tipo de relação entre si e com o mundo através das tecnologias. Os meios digitais são marcados pela fragmentação, descentralização a busca individualizada da mensagem e da informação. (SANTAELLA, 2003).

Faz-se importante reconstituir historicamente o contexto de emergência da Internet para que possamos levar a sério algumas questões de ordem política, no estado de Santa Catarina. Numa atitude incompatível com a cibercultura contemporânea, a ALESC aprovou a lei da proibição do uso do aparelho celular na sala de aula, formulada pelo Deputado Antônio Aguiar. Em seu artigo primeiro diz a referida lei: “[...]. Fica proibido o uso de telefone celular nas salas de aula das escolas públicas e privadas no Estado de Santa Catarina.” (ALESC, 2008).

Em 2017 novamente houve uma série de debates sobre esse tema, uma vez que a tecnologia afeta todos e todas na contemporaneidade. O deputado Antônio Aguiar (PMDB), que propôs a proibição, foi quem reformulou o mesmo projeto de lei para que se autorizasse o uso de celular na sala de aula, porém, permitindo o uso de dispositivos apenas para fins pedagógicos.

Na nova proposta, o deputado afirma que quem vai definir o controle e finalidade do aparelho é a escola. Em suas próprias palavras:

“Vejam que em Florianópolis há escolas particulares que já estão utilizando o celular para desenvolver conteúdos. Mas é claro que isso depende da realidade de cada escola, é uma mudança que precisa avançar conforme o consenso da comunidade escolar”

Mesmo que a emenda seja aprovada e sancionada, o controle para a utilização de celulares continua sendo da escola e o uso do aparelho para fins não didáticos segue proibido. Atualmente, o projeto está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça na ALESC<sup>4</sup>. Nesse sentido as discussões sobre o uso das tecnologias vão além dos muros escolares, encontrando a avalanche tecnológica que permeiam o cotidiano.

Pierre Levy (2003) nos coloca diante de um universo onde atualmente, enquanto professores e professoras nos sentimos desafiados, ou seja, estamos imersos nessa cibercultura e é a partir dela que precisamos encontrar soluções para esse mundo tecnológico. Assim, um dos conceitos que pode colaborar para aproximar o Ensino de História e a tecnologia é a História Pública.

Na perspectiva das relações de gênero compreendemos ainda mais urgente, devido à demanda de pessoas LGBTQIA+ na escola, nas redes sociais, na sociedade como um todo. Por isso professores/as do ensino básico são entendidos como historiadores/as públicos, podemos nos amparar na História Pública para encontrar caminhos de aproximação com os/as estudantes:

Como é que eu como professora de história a partir dessa parcela do saber docente que dá conta da minha formação respeitando essa narrativa histórica, historiográfica, essa produção do conhecimento historiográfico, como é que eu posso trazer isso, pra esse espaço que dialoga com as narrativas, com esses usos variados da história na vida cotidiana e produzir e auxiliar na reflexão de indivíduos capazes de transformar o seu próprio “cadinho” de mundo [...]. É isso que é uma das tarefas do historiador professor público, para mim essa é a perspectiva de pensar a história pública, como historiadora [...] (WANDERLEI, 2020, 18:16 min).

Professores/as de história constroem um tipo de conhecimento na sala de aula que vai

4 Assembleia Legislativa de Santa Catarina.



além dos conteúdos. Quando se propõe a auxiliar os estudantes a refletir sobre suas vidas, sobre as vidas comunitárias, sobre tolerância, etc., então junto com estes/as estudantes, estão estudado o presente, compreendendo as sociedades passadas nos seus contextos, interferindo na formação e transformação desses/as estudantes. O Ensino de História, compreendido como História Pública:

[...], tensiona o debate sobre suas definições, tornando menos nítida a linha que demarca divisões entre os que produzem e os que consomem história pública, entrelaçando subjetividades docentes e discentes investidas da condição de autores de uma produção intelectual coletiva, que longe de ser consensual, traz em si as contradições dos embates políticos e sociais. Não se trata de transmissão, de fato, mas de um diálogo nunca concluso, que vai sendo feito enquanto os sujeitos se produzem... (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p.183)

A História Pública abre caminhos para que professores/as e estudantes construam subjetividades na condição de produtores de conhecimento, assim não estamos falando em “transmissão de conteúdos” mas sim da construção conjunta em sala de aula de conhecimento que se dá principalmente no diálogo, é uma oportunidade entre professores/as e estudantes de compreender o mundo em que vivemos, é nesse ambiente que desestabilizamos os preconceitos, que ampliamos os significados das coisas no mundo, que estimulamos diálogos e reflexões. Entendendo não somente o espaço da sala de aula mas também:

[...] investigar todos os espaços produtores/divulgadores de conhecimento histórico: a academia, a escola, o museu, o teatro, a propaganda, e também as mídias- sejam as clássicas, jornal, cinema, televisão, ou as novíssimas, como as relacionadas à informática, em especial à web. Todos são vistos como espaços de produção e uso público da Internet. [...]. Espaços capazes de produzir narrativas históricas e nos quais circula a cultura histórica de nossa época. (PENNA; SILVA, 2016, p. 209)

A escola é um dos espaços onde produzimos história, pois que nela circula a narrativa histórica. Mas não somente na escola, como bem lembra Selva Guimarães Fonseca:

[...] sem falar nas redes sociais, que vão substituindo outras formas de comunicação. Entre os professores essa tem sido uma discussão difícil e necessária, e envolve diferentes questões, como o gerenciamento das atividades realizado pelos estudantes com o uso da Internet, o problema da pesquisa como cópia, a confiabilidade das informações obtidas na Internet, etc. Disso deriva, portanto, o problema da divulgação do conhecimento histórico e dos usos possíveis desse conhecimento no ensino de Internet e seu papel na educação de uma forma geral. [...] . (FONSECA, 2016, 188)

As redes sociais e a Internet, ainda que tenham diante de si alguns desafios como os citados acima, podem ser ferramentas úteis para o Ensino de História e também uma estratégia possível para estudantes do ensino básico, pois muitos adolescentes e jovens já estão inseridos nessa tecnologia, já a acessam e interagem nessas redes. O papel do/a docente é orientar os/as estudantes na utilização da Internet e das redes. Estas, como uma ferramenta pedagógica<sup>5</sup>, para o Ensino de História pensado a partir da História Pública nos possibilita encontrar maneiras de abertura da história, através de muitas possibilidades para novas narrativas, onde se possa dialogar para encontrar meios de compreender o presente, de resistir às formas de opressão, um dos

5 Termo utilizado por autoras como Daniela Martins de Menezes Moraes e Juliana Alves de Andrade (2017), Priscila Patrícia Oliveira (2020).

exemplos de abertura da História pode ser encontrado no Instagram @pontodevistanahistória.<sup>6</sup>

A História Pública<sup>7</sup> Colabora para que tomemos “senso” do passado então nós, professores do ensino básico, somos historiadores públicos. Segundo Sara Albieri (2011, p.28) “[...]. É preciso agir em favor da continuidade e da multiplicação dos meios que põem em comunicação os vários modos de historiar [...]”, ou seja, a sala de aula, as mídias sociais, são formas de comunicar, informar e construir história. Como professores de história estamos muito próximos dos estudantes do ensino básico conseguimos em certa medida perceber a influência das mídias sociais na formação desses estudantes, para nós professores lidarmos com essa cibercultura é um tanto difícil, pois enfrentamos diversos problemas como nos Ensina Thiago Acácio Raposo (2019, 363-364):

Uma História sem historiadores toma conta das redes sociais, dos sites, blogs, enfim, da Internet (LUCCHESI, 2014). Há um processo de descrença e desaprovação do ofício do historiador, assim como uma tentativa de apagar o passado, ou pelo menos parte dele. Tais acontecimentos põe em evidência a necessidade de atuação do historiador como um intermediador do processo de construção do conhecimento histórico no oceano digital. Seu ofício precisa ser respeitado também nos espaços virtuais. Ao historiador desse novo século o uso da ciberlinguagem pode ser uma ferramenta importante para debater sobre essa onda de conservadorismo e de negacionismo. Para enfrentar esse inimigo é preciso fazer uso das mesmas ferramentas, distanciando-se no que concerne a ausência de criticidade documental. É preciso seduzir os usuários por meio de uma história de base acadêmica, mas que também se organiza por meio de hipertextos, possuindo uma linguagem que atinja a todos os públicos.

Ou seja, é muito importante e imprescindível que o/a professor/a compreenda sua responsabilidade como produtor de conhecimento, que compreenda a cibercultura para poder refletir e encontrar meios de dialogar com os estudantes, compreender a sociedade e a imersão pela qual a sociedade se constrói. Ainda para Thiago Acácio Raposo (2019, 364), estamos imersos e somos afetados por esta cibercultura, esse espaço da cultura digital é uma ferramenta que nos ajuda a compreender o presente, compreender as sociedades contemporâneas.

Quando utilizamos uma rede social como ferramenta para o Ensino de História estamos nos apropriando de elementos da cultura na qual estamos inseridos para compreendermos e recriarmos narrativas sobre o passado. Ou seja, compreender os usos do passado significa compreender as ferramentas com as quais me aproprio para recriar o passado. Compreendemos que estamos inseridos no ciberespaço e por isso precisamos lidar com as cavidades porosas dessa cibercultura, que somos afetados e construímos novas narrativas através dessas ferramentas. Assim:

Sem dúvida, a chegada desse universo digital apresentou outros rumos a produção, divulgação e pesquisa histórica. Um público muito mais amplo passou a ter acesso aquilo que é produzido pelos acadêmicos, ao mesmo passo que a própria pesquisa foi facilitada pela possibilidade de acesso a acervos indisponíveis fisicamente, seja pela destruição do acervo original ou pela distância que separa

6 Este instagram foi construído com a colaboração dos estudantes do ensino básico público da escola estadual Padre Antônio Vieira e a partir dele podemos verificar a potencialidade desta rede social para o Ensino de História. Explico mais profundamente essa experiência e os detalhes dessa ferramenta utilizada pedagogicamente para o Ensino de História na minha dissertação de mestrado apresentada em Outubro de 2021.

7 Utilizo o conceito de História Pública o compreendendo como a abertura da História para outros públicos além do público especializado da academia (ZAHAVI, 2011), assim a escola (WANDERLEI, 2020) e as redes sócias (CRESTANI, 2020; BITENCOURT; SOUSA, 2015) podem ser espaços de construção da narrativa histórica.



o pesquisador do arquivo. A comodidade do acesso via Internet também é um elemento chave, permitindo ao historiador velejar até outros países e cidades sem sair de casa, rompendo as barreiras do tempo e espaço. Em milésimos de segundos, é possível acessar um site europeu e encontrar documentos do Brasil colonial, situação fundamental para a construção de uma pesquisa democrática e sustentável. (RAPOSO, 2019, 367)

Para esse autor a Internet colabora para democratizar os meios de produção da história. Ou seja, hoje além da pesquisa ser facilitada pelo acesso via internet das fontes, muito mais pessoas tem acesso às mídias sociais, o que provoca um trânsito maior de pessoas interagindo com várias narrativas.

Outra preocupação de Raposo é com o armazenamento dos dados produzidos por exemplo nas redes sociais, quais registros sobraram para a posteridade como o próprio autor nos ajuda a refletir:

[...]. Que fim levaram os vestígios produzidos pelos sujeitos no Orkut? Foram armazenados? Todos os registros produzidos no decorrer dos dez anos de funcionamento dessa ilha virtual (2004-2014) foram deletados definitivamente. O descarte documental já praticado nos séculos anteriores toma proporções grandiosas ao conferir a um simples clique o poder de destruir uma quantidade absurda de arquivos. Comparamos esse clique a um grande incêndio, capaz de destruir tudo o que ali está, com a diferença da velocidade, muito mais rápida. Todas os registros de interações humanas nessa rede social se perderam, evidenciando para o mundo todo um problema já anunciado nos anos noventa pelo arquivista Charles Dollar (1994), que indagava sobre quem seria o responsável pela preservação do registro histórico na era digital. (RAPOSO, 2019, 370)

Essa questão é uma “pedra no sapato” para os/as historiadores/as. Como iremos garantir que as gerações futuras tenham acesso ao que fizemos atualmente no ciberespaço? Como saberemos se conseguiremos armazenar e encontrar um caminho para esta questão? Como ainda estamos lidando para aprendermos as potencialidades e os limites da cibercultura talvez seja muito cedo para falar em respostas. Alguns caminhos foram sendo tecidos nos eventos que surgem a partir do simpósio Internacional de História Pública: “A História e seus Públicos” em 2012 que debateu “[...] o cruzamento de fronteiras entre áreas de conhecimento e de atuação. [...]” (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p. 176) no tocante da História, Comunicação, etc.

Assim ensinar História, ou no ambiente da sala de aula, da escola, e até tecer o próprio ambiente virtual organizado com fins pedagógicos, pode fazer com que a aula de História vá além do conteúdo esperado. A História escolar constrói uma prática social em articulação com várias outras. Logo, “[...] a História escolar é desde já, uma História Pública, embora o lugar que articule sua linguagem seja, [...] o lugar da escola. [...]” (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p. 181). Nesse sentido compreender a didatização dos conteúdos escolares e perceber que se dão na interação entre professores, estudantes e comunidade escolar compreendemos que:

Os estudiosos dos cotidianos escolares tratam estes conhecimentos de autorias coletivas como conhecimentos em rede, enfatizando a circulação dos saberes que, em vez de serem compreendidos de forma hierárquica [...], são compreendidos em suas múltiplas raízes que se interconectam, como um rizoma. [...] (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p.181)

Segundo Nilda Alves citada acima pelos autores (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p. 181) qualquer história contada acerca da escola, contextos, cotidianos que vivemos é História

Pública, ela justifica seu argumento devido ao fato de que o encontro dos conhecimentos historiográficos e pedagógicos, as experiências de vida de docentes e discentes e da comunidade, são conhecimentos que dialogam e se desafiam mutuamente não de forma hierárquica mas de forma horizontalizada, sem um centro.

Segundo Zahavi (2011, p. 53) o campo da História Pública se dedica a uma variedade de formas de “apresentação” da História que se dá muito além da academia. Assim:

Se por um lado à História escolar, a História pública e a História acadêmica se diferenciam por seus públicos, por seus meios e por seus referenciais, as três modalidades configuram formas racionais de se lidar com a experiência humana no tempo, compartilhando a racionalidade científica de alguns métodos, mas se utilizando de linguagens particulares. Outro aspecto de grande relevância para o debate aqui proposto, acerca da História Pública, é sua relação com a noção de escrita colaborativa da História. O tema do trabalho colaborativo, que se destaca tanto no campo da História pública [Santhiago, 2016, p. 28] quanto da História digital, remete também à questão da chamada “autoridade compartilhada” (crowdsourcing), entendida como “o recurso a uma espécie de saber comunitário, à participação pública na rede” [Noiret, 2015, p. 35], que deve ser reconhecido como “chave” para projetos “engajados na construção do conhecimento histórico descentrado da autoridade acadêmica” [Lucchesi, 2016, p. 159]. O tema da autoridade compartilhada é um dos mais importantes desafios teórico-metodológicos à produção do conhecimento histórico realizada pela História pública e pela História digital; trata-se de um importante avanço na discussão de novos atores na produção do conhecimento histórico. (JÚNIOR, 2020, p. 309-310).

A autoridade compartilhada é uma das características das redes sociais. Podemos, então, partir dessa contribuição, estabelecer uma aproximação entre a escola e as redes sociais. As reflexões acerca da História Pública nos contextos da cibercultura para o Ensino de História colaboram para que possamos compreender as muitas responsabilidades que o/a professor/a de História tem, ou seja, “[...]. Formado neste entrelugar, o professor de História atua como provocador de conhecimentos, que desestabiliza preconceitos, amplia significados, estimulando o diálogo e o confronto de ideias”. (ANDRADE; ANDRADE, 2016, p. 183).

Nós professores e professoras atuamos para conhecer a realidade das/os estudantes, ou seja, devemos estar inseridas no seu cotidiano. Na questão das tecnologias na prática docente encontramos uma discussão de Marcella Albaine (2020, p. 386) que demanda utiliza-las a nosso favor não a vendo como vilã, mas como um elemento que pode contribuir para repensar a própria prática histórica, pois:

É notório que estas mídias proporcionam ao conhecimento histórico ganhos e perdas, ao mesmo tempo. Ganhos no sentido de que as perspectivas de alcance desse conhecimento em relação ao sujeito são aumentadas, posto que principalmente as redes sociais são uma realidade no cotidiano. Perdas considerando-se que nem tudo que é propaga por tais meios pode ser considerado como histórico. Partindo desses pressupostos, Malerba (2017) já lançava o questionamento de como os historiadores podem disputar espaço nessas mídias, haja vista o público que elas atingem em magnitude: os jovens. Aqui, amplia-se esse questionamento para também congrega os professores, em exercício em sala de aula, haja vista que as frases “eu aprendi na vídeoaula”, “tem vídeo-aula sobre isso?”, e demais de mesma significação, ganham espaço e tornam-se realidade também para o professor. (PAULA; PINTO, 2020, p.106).

Frases como “eu aprendi na vídeo-aula”, “tem vídeo-aula sobre isso?”, tornaram-se corriqueiras na sala de aula, na medida em que muitos adolescentes e jovens encontram na Internet “youtubers” professores que se dedicam aos recursos tecnológicos para tornar a aula mais atrativa, com imagens, efeitos especiais, músicas, etc. Não abrindo espaço para uma reflexão com os/as estudantes, pois muitas vezes o conteúdo já está pronto para ser consumido. As discussões sobre a autoridade dos historiadores perante as mídias sociais colaboram para a reflexão da formação de professores.

Busca-se uma articulação [da escola] com a história pública, partindo do princípio de que são várias as práticas didáticas utilizadas pelos docentes para a construção do conhecimento histórico, tais como, livros didáticos, textos complementares, filmes, músicas, canais da Internet (YouTube), redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, e outros), charges, histórias em quadrinhos, jogos on-line, dentre outras. Essa articulação é projetada considerando o papel integrador das TDICs que, aliadas às mídias sociais, marcadamente presentes no dia a dia dos educandos e dos professores, pode se tornar uma alternativa para melhorar o processo de ensino-aprendizagem de história em sala de aula. Além disso, pode-se, também, utilizar o conhecimento produzido por alunos e professores como possibilidade de divulgação da história por meio de uma linguagem adequada para públicos que estejam fora do ambiente escolar. (CRESTANI, 2020, p. 340).

A História Pública abre reflexões para a compreensão de outras possibilidades para o Ensino de História, ou seja, construir narrativas que desnudem os apagamentos de histórias como as histórias das mulheres, das mulheres negras, da população LGBTQIA+, dos povos originários, etc. Assim a tecnologia pode ser um dos fios que nos ajudam a articular e visibilizar essas histórias.

Nos dias de hoje, o cidadão e a cidadã possuem exigências que provocam a emergência dessas vozes na sala de aula. Assim, segundo François Audigier (2016, p. 34) a História, assim como o mundo, é conflituosa:

[...] é um objeto de debate e combate, o horizonte de verdade que se mantém e deve se manter seu traço uma diferença essencial com a cidadania. [...]. A História é educação de cidadania e política, esse é o projeto inicial, mas a história não poderia englobar toda educação de cidadania e política e esta última não poderia se reduzir à história. [...]

Nesse sentido temos dois caminhos que se entrecruzam o da educação para a cidadania e a História, e

[...]. Ainda mais recentemente, os professores de ensino médio sempre aderem à relação entre história e formação do cidadão, mas a última se desloca para a adesão a valores apresentados como universais, pertencimento à humanidade, tolerância e respeito, igualdade dos homens e das civilizações. As virtudes intelectuais da história são sempre virtudes cívicas, seu horizonte muda de conteúdo e de forma. Há atualmente um deslocamento de referência patriótica para a adesão de valores como respeito, igualdade dos homens e das civilizações. (AUDIGIER, p. 34)

O elo entre cidadania e Ensino de História são as práticas de cidadania e participação, historicamente situadas. E podemos concordar que “[...]. O escopo do ensino de história é a formação do cidadão crítico e consciente não apenas de direitos e deveres políticos, mas também dos direitos civis, sociais e econômicos. Trata-se de um sujeito de direitos.” (GUIMARÃES, p. 97). Esses sujeitos de direitos incluem a permanência de estudantes LGBTQIA+ na sala de aula

e a utilização do nome social. Essas reflexões sobre cidadania e a História colocam, portanto, a questão da escolha das narrativas que convém transmitir, informar e permitir aos estudantes construírem durante sua escolaridade.

A perspectiva de gênero nos ajuda a compreender outras narrativas, principalmente para a construção cidadã. Nossas identidades pessoais e coletivas, nossas personalidades, nossas concepções da vida social e da relação com os outros, nossos valores, etc. Assim a:

Construção da cidadania nos espaços escolares implica pensar a formação de professores de história como sujeitos de direitos e deveres, profissionais, cidadãos com postura ética e compromisso social e político com a educação. [...] Na atual democracia brasileira, essa questão está ancorada em dois marcos jurídicos normativos da educação nacional: Constituição federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional lei 9394/1996- que estabelece a preparação para o exercício da cidadania. (GUIMARÃES, 2016, p. 80)

A articulação entre História e cidadania não é uma tarefa tão simples, Nesse sentido entendemos a cidadania como:

[...] uma construção histórica. É cultural, produzida por homens e mulheres nas relações sociais concretas. Desse modo, defendo propostas de metodologias de ensino de história que valorizam a problematização, a análise e a crítica; que concebem alunos e professores como sujeitos produtores de história e conhecimento. Os alunos são cidadãos, sujeitos históricos que continuamente atuam, lutam em diferentes espaços de vivência: em casa, no trabalho, na escola e em outros. (GUIMARÃES, 2016, p. 100).

Alguns aspectos constitutivos da cidadania, segundo François Audigier (2016, p. 33), são a constituição de uma identidade coletiva, a capacidade de pensar numa relação nós e os outros, e o sentimento de pertencimento, de respeito e empatia. Assim, atualmente, “[...] Nem pátria, nem nação, a escala de pertencimento é a sala de aula, agrupamento de alunos da mesma idade, frequentemente apresentado como metáfora da existência social. [...]” (2016, p. 35). Nesse sentido entendemos que a construção da cidadania está diretamente ligada com atitudes, ação, de compreender o ensino de história, como possibilidade, como abertura para a reflexão dessas novas narrativas. Contudo,

A cidadania enfrenta o mundo atual e seu futuro, um mundo constantemente em movimento, objeto de estudos de numerosas ciências, produtoras de saberes instáveis, ecos dos pontos de vista que traduzem a diversidade de nossas sociedades, ecos dos problemas que nos dividem, e elas mesmas têm não solução científica, mas soluções políticas. Uma questão histórica rigorosamente construída invoca uma solução situada num conjunto considerado científico, uma questão de cidadania, mesmo consolidada por diversas contribuições das ciências, jamais tem a solução científica. [...] (AUDIGIER, 2016, p. 33/34).

A ampliação e alargamento da concepção de cidadania nas redes sociais são possíveis mediante a ocupação das pautas que ampliassem as vozes dos movimentos sociais. Novas narrativas estão se constituindo. Assim as mídias sociais, principalmente as redes sociais servem “[...]para aproximar a ‘cultura da escola’ da atual ‘cultura de crianças e jovens’”. Uma aproximação transformadora, uma vez que eles são úteis à formação de cidadãos críticos e plenamente letrados nas mais diversas linguagens, incluindo as digitais. [...]” (SARAIVA, 2020, p. 259).

As linguagens digitais estão diretamente ligadas as formas de pensar as juventudes, assim, existem várias formas de se compreender o conceito de juventudes. E hoje o compreendemos na

forma plural, juventudes. A forma mais conhecida, talvez, seja a que classifica o jovem a partir de sua faixa etária, assim quando falamos em juventudes estamos falando que:

Para a organização das Nações Unidas (ONU), juventude é a faixa da população constituída por indivíduos com idade entre 15 e 24 anos e, para a legislação brasileira, constitui-se de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (ONU, 1981; BRASIL, 1990, 2005, 2013). Entretanto, ser jovem não significa apenas estar situado em determinada faixa etária, definido conforme um critério homogêneo. Como explica Pais (2003), juventude seria o conjunto social formado por pessoas não apenas inscritas num mesmo segmento etário, mas também com pertencas e situações sociais diferenciadas, portanto, uma definição elaborada de acordo com um critério heterogêneo. (VASCONCELOS, 2015, p.81)

Esse conceito vai muito além da faixa etária, quando falamos em juventudes atualmente compreendemos que seu significado é forjado no contexto histórico e social e é complexo no sentido de que são vários os atravessamentos e traços que estão imbricados nesse conceito. Ou seja:

[...] o ser jovem apresenta comportamentos que, em muitos casos, destoam da norma social, fato que reforça os traços de volatilidade da juventude. Para o bem ou para o mal, o jovem segue suas próprias regras, tendo como pano de fundo as normas da família e da sociedade, e encontra pelo caminho de suas vivências grupos que partilham de seus anseios e angústias. Nesse contexto de (re)invenção identitária e existencial, o jovem encontrou outros jovens na Internet, caminhou pelos corredores das redes digitais e construiu sentido a partir de papéis sociais peculiares, em que novas normas de conduta foram legitimadas, desembocando em sociabilidades que expressam sua visão de mundo, suas crenças (ou a ausência delas), seus gostos e seu projeto para uma sociedade que não acompanha a velocidade de suas paixões e modismos. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 120-121).

Como já enfatizado anteriormente, a Internet e as redes sociais são elementos que constituem o cotidiano social, principalmente dos jovens na sociedade contemporânea. Vimos por exemplo que nem meio a pandemia de Covid-19 muitos jovens não tiveram acesso ao ensino remoto online, pelo fato de não terem acesso à Internet deixando exposto as desigualdades sociais. Ainda assim muitos jovens utilizam as redes sociais como uma ferramenta de socialização como nos instiga refletir Benedito Dielcio Moreira (2015, p. 21):

O que significa então para o jovem Estar na WEB e Viver na WEB? O que parece um questionamento simples envolve relação íntima com a máquina, controle de território, atração pelo novo e pela aventura, conquistas de amigos e de curtidas, sensibilidade aflorada, organização em grupos, autonomia e espaços públicos de intimidade e afetos. Viver na WEB requer o exercício de alguns rituais, [...]. O fato é que os jovens descobrem bem cedo que não basta estar na WEB para ser alguém além do grupo offline. Para alcançar a condição de existente virtual e manter-se “vivo”, é preciso tempo, dedicação, capacidade de impressionar e ser impressionado; é preciso tornar-se um sujeito tecnológico.

Quando pensamos no sujeito tecnológico, entendemos aquele que participa, organiza suas ideias e as representa de alguma forma nas redes sociais, seja postando (mundo on-line) ou silenciando (mundo off-line)<sup>8</sup>. Sobre o silenciar podemos destacar o/a jovem que não se sente seguro para estar ali, naquele espaço, ou mesmo adoece quando o espaço das redes sociais não

8 Expressão utilizada por Benedito Dielcio Moreira (2015, p. 22)



os reconhece. Assim como nos ensina Benedito Dielcio Moreira (MOREIRA, 2015, p. 23-24):

Com isso quero dizer que circular com confiança por mundos virtuais é também ocupar espaços, é estar. No entanto, é a luta e o desejo de existir que marcam a Internet do ser vivo. A vida no mundo virtual requer aparatos da cultura das mídias (KELLNER, 2001), incluindo o EU como parte do show, do espetáculo, (SIBILIA, 2008). Com a imagem multiplicada e onipresente, existir no mundo virtual é um exercício constante de tentativas de comunicação, de interlocução e de correspondência. Trata-se, ao modo de Silverstone (2002), de um jogo de prazeres requeridos, buscados e, muitas vezes, inalcançáveis. Em outros termos, a prática cultural da Internet entre os jovens incorpora a máquina como parte do aparato humano, a sociabilidade enquanto condição básica de existência na rede e a poética como uma nova ordem do sensível, conforme discutiram Martín-Barbero e Germán Rey (2004) e Muniz Sodré (2006).

O mundo virtual é um espaço de sociabilidades, de comunicação, de interação. Precisamos compreender que os jovens se apropriam dos espaços, ressignificam sua experiência. Também importante é perceber que devido ao acesso rápido na Web:

[...], o jovem tornou-se irrequieto, impaciente com as soluções tecnológicas mal resolvidas: imagens desfocadas, sítios sem navegabilidade, sistema fotográfico de baixa qualidade ou qualquer tipo de dificuldade que não permita respostas rápidas e curtas.[...] Talvez resida aí o grande dilema que afeta todos nós, pais, estudiosos e professores: o conhecimento exige tempo para reflexão, crítica e aprofundamento, enquanto a navegação na WEB é rápida, nervosa, versátil, centrada no que se vê, inclusive em textos curtos. O internauta quer respostas rápidas, e isso pode levar o jovem a não “aprofundar a significação dos resultados obtidos, a acumular mais quantidade do que qualidade de informação, que não chega a transformar-se em conhecimento efetivo” (MORAN, 2000, p. 21). (MOREIRA, 2015, p. 31-32)

Ou seja, as mídias podem ser um caminho para um modo de olhar para esses jovens que constroem suas vivências e experiências com o uso das tecnologias, nas redes sociais, nas suas interações com esse mundo virtual:

Adolescentes e jovens usam no seu tempo livre computer-games, buscam informações na Internet, criam redes e comunicam-se via celular com seus amigos. Mesmo na escola e no local de trabalho, os meios digitais são agora parte da vida cotidiana. Eles oferecem uma variedade de oportunidades de desenvolvimento e de aprendizagem para adolescentes e jovens, que hoje são necessários para levar a cabo muitas situações na vida cotidiana e no trabalho. Na participação ativa em nossa sociedade de mídia, os adolescentes e os jovens aprendem uma técnica de cultura que é necessária para lidar com muitas situações na vida cotidiana e na profissão hoje. [...] (FICHTNER, 2015, p. 44).

Nesse sentido, o mundo virtual é parte do cotidiano, e precisamos nos desafiar e compreender como esses adolescentes e jovens estão utilizando as redes, a Internet. Uma outra discussão que podemos suscitar na questão dos jovens, as mídias e a educação é a questão geracional. Lembrando que professores e estudantes dividem a sala de aula com experiências diferentes. Ao compreender a experiência dos jovens nas redes sociais como uma imersão que contribui para construção de sentidos Vasconcelos (2015) nos ensina que a experiência dos jovens nas redes sociais pode ser benéfica no sentido de produzir reflexões e aproximações que colaborem para a construção de narrativas de respeito e tolerância.

De acordo com Vasconcelos (2015, p. 90) foram feitas algumas constatações sobre a utilização de redes sociais pelos jovens, na pesquisa com 1.513 participantes de 15 a 32 anos, em



2014 90% dos participantes tinham o hábito de acessar redes sociais. Assim: “[...] Esse resultado da pesquisa encontra apoio nas observações de Recuero (2009, p. 143), para quem a rede ‘centra-se em atores sociais, ou seja, indivíduos com interesses, desejos e aspirações, que têm papel ativo na formação de suas conexões sociais.’” (VASCONCELOS, 2015, p. 90)

As discussões sobre juventudes e escola encontram-se nos padrões tradicionais das instituições como a escola que é normativa. Assim, o espaço das redes amplia as vivências e experiências das juventudes:

[...]. As relações juvenis com as instituições sociais tradicionais e as interações dos jovens no ciberespaço trazem à tona problemas que já estão sendo discutidos e questões que podem ser consideradas novas. Talvez esse seja o “campo de interrogação intelectual pujante” que a cibercultura suscita, realidade que deve levar as pesquisas sobre juventude a direcionar suas reflexões para esse contexto contraditório que está sempre em ebulição intelectual. [...]. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 103)

Muitos/as estudantes, principalmente os estudantes da escola em que trabalho, bem como seus professores/as, acessam as redes sociais como facebook ou/e Instagram. Tanto estão inseridos nas tecnologias que a escola possui uma página no facebook. E sua utilização tem fins variados. Por exemplo, quando é preciso dar algum recado, sobre kits alimentação, se irá ter aula ou não, as informações são passadas via whatsapp no grupo das turmas, no facebook e na rádio local. As mídias sociais fazem parte do cotidiano da escola que trabalho.

Por isso a escola precisa discutir e se apropriar dessas tecnologias que já adentram a escola, e ainda essas interações podem construir ambientes que potencializam o ensino e as relações e experiências educacionais. Assim:

[...]. As pesquisas dos últimos anos tentaram lançar luzes sobre alguns aspectos relevantes que constituem o ciberespaço. Seguindo essa linha, Alves (2002) e Costa (2003) percorreram sobre o papel da escola e dos chats na dinâmica de aprendizagem dos jovens; Spinosa (2005) e Castro (2006), por sua vez, discutiram o lugar dos blogs na constituição de papéis sociais e formação educativa. E até as condições de acesso da juventude brasileira foram objeto de investigação (LEAL, 2010), tendo em vista a expansão dos usos de tais tecnologias entre esse segmento. Não há como negar a realidade crescente das interações juvenis no ciberespaço, tendo a Internet e seus mecanismos como plataformas de sociabilidade. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 104-105)

Compartilhar experiências, mas mais do que isso construir, refletir sobre situações cotidianas, sobre afetos, sobre lutas, as redes sociais tornaram-se um canal, potencializando essas reflexões. Ao mesmo tempo não há uma garantia que essa utilização das redes sociais será tanto para “[...] os ‘benefícios’ quanto às ‘várias alienações’ são as duas faces do mesmo processo informacional, [...]” (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 108). Contudo:

[...]. As redes sociais digitais são [...] espaço, ou ciberespaço, de interação social. Nenhum outro mecanismo da Internet oferece tantas interfaces de comunicação quanto essas redes, e a juventude têm tirado proveito dessa potencialidade. Nesse ambiente, criam-se nick names<sup>9</sup>, perfis virtuais, identidades fantasiosas e até novas regras de sociabilidade. Essas possibilidades encorajam o “jogo social” (SIMMEL, 2006), a teatralidade, o prazer de interagir com o outro e de ser um

9 Segundo o dicionário informal Nickname é o Apelido. Usado para identificação de usuários na Internet, em programas de bate-bapo ou mensagem instantânea. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/nickname/Internet/>

outro diferente do sujeito que se é na realidade primária. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 111)

Nesse sentido, encontramos as juventudes nas redes sociais ressignificando esse espaço, reelaborando sua subjetividade e dessa forma a sociabilidade e interação nas redes ao mesmo tempo que é público, há algo de próprio, de íntimo desses atores sociais (RECUERO, 2005), outro sentido em que podemos compreender as redes sociais seria a “[...] ‘desterritorialização’ da própria presença, e a atuação de jovens representa essas características de não pertencimento geográfico. Tanto a configuração espaço-temporal quanto as concepções de mundo são afetadas pelo ciberespaço”. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 114).

Essa dinâmica experimentada atualmente pelos jovens (e por todos/as nós) nos oferece indícios da ressignificação do nosso cotidiano e também do cotidiano escolar, já que este é um dos espaços que colaboram para a formação desses jovens. Ou seja, “[...] A escola deixou de ser o lugar privilegiado da formação das novas gerações, diante de um sem número de mecanismos informativos encontrados na rede. [...]”. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 115). Assim se constatou que:

As possibilidades de entretenimento geradas por mais de 550 mil aplicativos fazem com que o número de adeptos aumente progressivamente. Todo mês, são criados 30 bilhões de links, fotos, mensagens e vídeos. Mais de 225 milhões de usuários entram nele todos os dias e 150 milhões o acessam por meio de smartphone. A quantidade de informações é tanta que se tornou possível escrever uma reportagem sobre a vida, os hábitos e os gostos de uma pessoa mesmo sem nunca a ter encontrado pessoalmente (GALILEU, 2011). [...]. (OLIVEIRA, DIAS, LIMA, SOUSA, 2015, p. 117).

Sobre essa informação, temos uma noção da influência da Internet, das redes sociais, no nosso cotidiano e principalmente no cotidiano da escola. Nesse sentido:

Diante dessa significativa ampliação das interações possibilitadas pelas redes sociais, espaços inéditos surgem para as juventudes. A depender da intenção de uso desses espaços, eles podem, sim, se tornar plataformas que contribuem para o agir político, para o ciberativismo e para o exercício da cidadania.

Uma observação importante nesse sentido é que, ao mesmo tempo que redes sociais como o Facebook abrem portas para a diversificação da participação, da interação, e se tornam, conseqüentemente, palco para outras formas de sociabilidades, seus formatos de agrupamento favorecem certa homogeneização, ao privilegiarem o que é de interesse comum e ao excluírem o que é considerado divergente por seus filtros (LEMOS, 2013). Portanto, estar conectado ou fazer parte de uma rede social, por si só, não garante plena consciência de pertencimento ou engajamento. Podemos afirmar, contudo, que se tornam cada vez mais comuns experiências de expressão e de manifestação por meio da ação direta de adolescentes e jovens, inclusive sobre suas escolas. Com a democratização promovida pela Internet e pelas redes sociais, a participação se torna mais plural, quando garante às juventudes a ocupação de lugares de fala. [...] (BITENCOURT; SOUSA, 2015, p. 319)

Portanto, a intencionalidade, o planejamento das postagens nas redes sociais na experiência de pesquisa, pode possibilitar a utilização dessas plataformas pedagogicamente.

Percebeu-se ao longo da pesquisa que um dos pontos essenciais para a construção da cidadania a partir da perspectiva de gênero são os acessos à linguagem, aos termos, à história e as lutas das pessoas LGBTQIA+ para que ao conhecer esse “mundo” os/as estudantes e toda

a comunidade escolar pudesse colaborar para uma escola mais plural e pudesse estar junto, construir junto.

A História Pública abre reflexões para a compreensão de outras possibilidades para o Ensino de História, ou seja, construir narrativas que desnudem os apagamentos de histórias como a História das mulheres, das mulheres negras, da população LGBTQIA+, dos povos originários, etc. Assim a tecnologia pode ser um dos fios que nos ajudam a articular e visibilizar essas histórias. Resta dizer que este estudo apresentou resultados que podem contribuir com o enriquecimento e diversificação do ensino de História, na medida em que professores/as e alunos/as de possam conjuntamente explorar as potencialidades do uso da Internet nas redes sociais. Lembrando que o currículo é feito sob negociações, principalmente quando as pessoas da comunidade escolar redefinem sentidos e reconstróem significados onde cada um povoa a sala de aula, a escola.

Em nossa pesquisa de mestrado, portanto, apostamos na ideia de que é possível promover a ampliação e alargamento da concepção de cidadania nas redes sociais mediante a produção de pautas que amplificassem as vozes dos movimentos sociais, num momento em que novas narrativas estão se constituindo nas redes sociais, tendo os jovens como os protagonistas que estão ressignificando esse espaço, reelaborando sua subjetividade por meio dessas novas formas de sociabilidade e interação.

Mais do que nunca, importa compreender o papel atual das redes sociais na educação, pois sua utilização como ferramenta é uma estratégia possível para estudantes do ensino básico, cujo cotidiano já é totalmente atravessado por tecnologias digitais, que acessam e interagem no ciberespaço.

## Referências

ALBIERI, Sara. **Internet pública e consciência histórica**. IN: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (org). Introdução à Internet Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ANDRADE, Elaine Santos. **Internet e ensino: a importância das orientações docentes para uma conexão segura com a pesquisa em Internet**. IN: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria de Sousa. Aprendendo Internet: Mídias. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

ANDRADE, Everardo Paiva de; ANDRADE, Nívea. **Internet Pública e Educação: tecendo uma conversa, experimentando uma textura**. IN: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo, (organizador). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

AUDIGIER, Francois. **Internet escolar, formação da cidadania e pesquisas didáticas**. IN: FONSECA, Selva Guimarães. (org.). Ensino de Internet e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 2016.

BITENCOURT, Kelly Ramos de S.; SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. **Juventudes, escola e ciberespaço: m olhar sobre a experiência dos diários de classe virtuais no facebook**. IN:

Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens / Carlos Ângelo de Meneses Sousa (Org.), et al. – Brasília: Liber Livro, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação [Base Nacional Comum Curricular- BNCC] Acesso em: 10 de Janeiro de 2022. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versoafinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf)

CRESTANI, Leandro de Araújo. **O ensino e seus públicos: as tecnologias digitais de informação e da comunicação- TDICs na construção do saber histórico**. IN: Bueno, André; Neto, José Maria (org.) Ensino de Internet: Mídias e Tecnologias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020.

FICHTNER, Bernd. **Tecnologias da informação (TIC) como prática cultural de adolescentes e jovens: uma perspectiva filosófica e epistemológica**. IN: Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens / Carlos Ângelo de Meneses Sousa (Org.), et al. – Brasília: Liber Livro, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. (org.). **Ensino de Internet e cidadania**. Campinas, SP: Papirus, 2016.

GUIMARÃES, Selva. **Ensinar Internet: formar cidadãos no Brasil democrático**. IN: FONSECA, Selva Guimarães. (org.). Ensino de Internet e cidadania. Campinas, SP: Papirus, 2016.

JÚNIOR, Josias José Freire. **Internet pública digital em podcast de Internet**. IN: Bueno, André; Neto, José Maria (org.) Ensino de Internet: Mídias e Tecnologias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. [Tradução de Carlos Irineu da Costa]. Editora 34 Ltda. (edição brasileira), 1999. Disponível em: <https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf> Acesso em: Jan. de 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MOREIRA, Benedito Dielcio. **Os jovens e as tecnologias: entre a poética e o controle técnico**. IN: Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens / Carlos Ângelo de Meneses Sousa (Org.), et al. – Brasília: Liber Livro, 2015.

OLIVEIRA, J. R.; DIAS, D. B.; LIMA, D. M. S.; SOUSA, C. A de M. **O papel da Internet na [re]construção sócio-histórica da juventude: do jeans às redes sociais digitais**. IN: Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens / Carlos Ângelo de Meneses Sousa (Org.), et al. – Brasília: Liber Livro, 2015.

PAULA, Larissa Klosowski de; PINTO, Adriana Aparecida. **“Eu aprendi isso na vídeoaula”: O conhecimento histórico na era da virtualização**. IN: Bueno, André; Neto, José Maria (org.) Ensino de Internet: Mídias e Tecnologias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ,

2020.

PENNA, Fernando Araújo; SILVA, Renata da Conceição Aquino da. **As operações que tornam a Internet pública: A responsabilidade pelo mundo e o ensino de Internet.** IN: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo, (organizador). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PINSKY, Jaime. **Introdução.** IN: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi, (orgs). Internet da Cidadania. 6.ed.- São Paulo: Contexto, 2012.

RAPOSO, Thiago Acácio. **A Internet na era google: O papel do Historiador público digital frente às armadilhas revisionistas.** IN: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria de Sousa. Aprendendo Internet: Mídias. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

RAPOSO, Thiago Acácio. **Navegando por mares (des) conhecidos: a pesquisa histórica na era digital.** IN: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José Maria de Sousa. Aprendendo Internet: Mídias. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet: Considerações Iniciais.** E Compós, v. 2, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. **Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano.** Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 22, dezembro 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3229/2493>

SARAIVA, João Gilberto Neves. **Por que ainda criar um blog em tempos de Instagram? Revendo possibilidades numa experiência de ensino de Internet na “galáxia dos celulares”.** IN: Bueno, André; Neto, José Maria (org.) Ensino de Internet: Mídias e Tecnologias. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020.

VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de. **A participação dos jovens em redes sociais virtuais: aspectos de uma experiência social.** IN: Juventudes e Tecnologias: Sociabilidades e Aprendizagens / Carlos Ângelo de Meneses Sousa (Org.), et al . – Brasília: Liber Livro, 2015.

WANDERLEY, Sônia. **Bate papo com Sonia Wanderley- Ensino de Internet e Internet pública.** 10 de Janeiro 2022. 1:09:31 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WGAVpOmrUEo>

ZAHAVI, Gerald. **Ensinando Internet pública no século XXI.** IN: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (org). Introdução à Internet Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.